

Um presidente para a crise nacional

Política de contenção de despesas depende de o presidente chegar ao amplo pacto social

MIGUEL REALE

Uma crise raramente atinge um setor isolado da sociedade, mas se espraia por todo o corpo social, suscitando desequilíbrio generalizado. É o que se pode notar facilmente na atual situação nacional, em que ninguém pode afirmar com segurança qual das crises é mais pronunciada, se a política ou a econômica, a tributária ou a previdenciária, a educacional ou a ética. Salvo um ou outro caso excepcional, é irrecusável que houve queda global no ritmo do desenvolvimento do País, o que nos coloca num mar de conjecturas ao nos aproximarmos da decisiva eleição de outubro.

Todo pleito eleitoral se trava sob a ação de um signo ou sentido dominante, quer seja o da confiança na continuidade de um processo ético-político considerado válido, quer seja o da opção por novos caminhos nos quais a maioria do eleitorado deposita fundadas esperanças. No Brasil de nossos dias, não há nem uma coisa nem outra, prevalecendo um estado geral de perplexidade.

Com o malogro da revisão constitucional, que só veio agravar a situação de ingovernabilidade do País, e já agora com uma multiplicidade de candidaturas à Presidência e aos governos dos Estados, creio que só nos é possível formular con-

jecturas sobre os deveres e a responsabilidade dos governantes a serem empossados a 1º de janeiro de 1995.

Talvez nos possa ser favorável a coincidência das eleições para o Executivo e o Legislativo, pois, via de regra, os eleitores concentram suas expectativas no nome do futuro Chefe da Nação e de sua preferência, votando em senadores e deputados empenhados na consecução do mesmo resultado. É esse um dado relevante, devido à ausência, entre nós, de agremiações partidárias que se distingam em função de idéias ou de programas políticos bem definidos. Por outro lado, como já se delineia a eventualidade de um segundo turno na eleição presidencial, as principais lideranças partidárias serão naturalmente levadas a realizar composições e alianças tendentes a preservar um mínimo comum de objetivos político-sociais, o que não poderá deixar de influir na composição das forças decisórias no seio da Câmara ou do Senado.

Talvez, desse modo, possa ser amenizado ou superado um dos fatores negativos que têm dificultado as iniciativas do Poder Executivo, na atual legislatura, que consiste na absoluta falta de sintonia entre os dois Poderes, com um Parlamento que se caracteriza por lamentáveis representações corporativas, como a rural, a evangélica, a das estatais ou a dos pequenos Estados, sôfregas todas de obter do Governo Federal favores e privilégios, ao arripio dos interesses gerais da Nação. No regime pseudo-presidencialista implantado pela Constituição de 1988, onde uma exígua bancada de parlamentares posicionados contra qualquer projeto pode paralisar facilmente as decisões da maioria, a falta de equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo pode ter as mais funestas consequências.

Ademais, como a vitória na eleição majoritária tem muita força, podemos esperar que as coalisões resultantes dos avatares do segundo turno venham a ser reforçadas graças à adesão de deputados e senadores sem maiores vínculos partidários, de tal modo que o mandato do presidente eleito possa se iniciar com a indispensável base parlamentar. Se houver essa convergência de forças, o futuro chefe da Nação estará em condições de realizar uma política de ampla aliança nacional, a única via que lhe consentirá afrontar os gravíssimos problemas que vai herdar da atual administração, caracterizada pela vacilação e pela ambigüidade, ao deixar em suspenso os capitais problemas

da privatização das estatais e do superamento de uma economia comprometida pelo nacionalismo xenofobo e pelos monopólios.

Dir-se-á que não se poderá negar ao presidente Itamar Franco o mérito de implantar "o plano do real", mas após ter quase dobrado o índice de inflação legado por seu antecessor, e numa situação de tamanha desordem financeira que já estamos em maio e ainda não foi aprovado o Orçamento da União. Em tal conjuntura, quaisquer que possam vir a ser os benefícios de uma esperada moeda estável — com oportunas projeções no campo eleitoral — o êxito do mencionado plano econômico-financeiro dependerá de uma política de corajosa contenção de despesas, só possível se o futuro presidente lograr firmar amplo pacto social, capaz de fazer face à ingovernabilidade que tem como principal causa o desequilíbrio federativo instaurado por uma Assembleia Nacional Constituinte perdida na utopia de um desenvolvimento baseado em mandamentos constitucionais que conflitam com a realidade brasileira.

Como a política fundada em um pacto social me parece a única suscetível de ser trilhada com êxito pelo futuro presidente da República, é à luz dessa perspectiva que se deve fixar o perfil do candidato à suprema magistratura do País, julgado mais apto ao

alcance desse objetivo fundamental. Se, efetivamente, a vontade do eleitorado pender no sentido de uma solução política setorizada, incompatível com a celebração de um amplo entendimento nacional, por estar de antemão vinculada a uma mal disfarçada diretriz de ideologia estatizante, será impossível prever qual será o destino do Brasil.

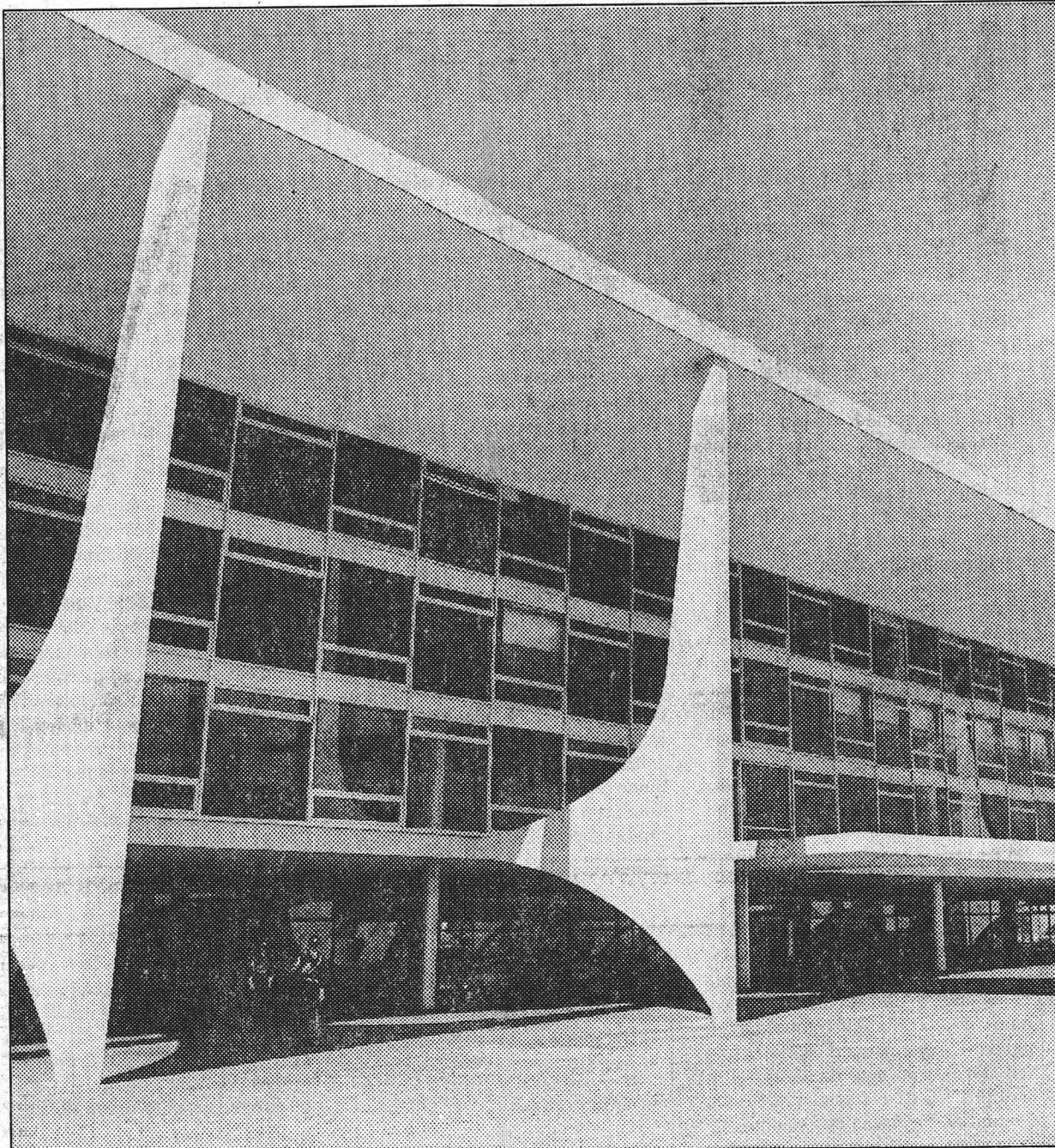
■ Miguel Reale é jurista

RESUMO

■ A crise se espraia por todo o corpo social e gera desequilíbrio.

■ O malogro da revisão constitucional só veio agravar a situação de ingovernabilidade do País.

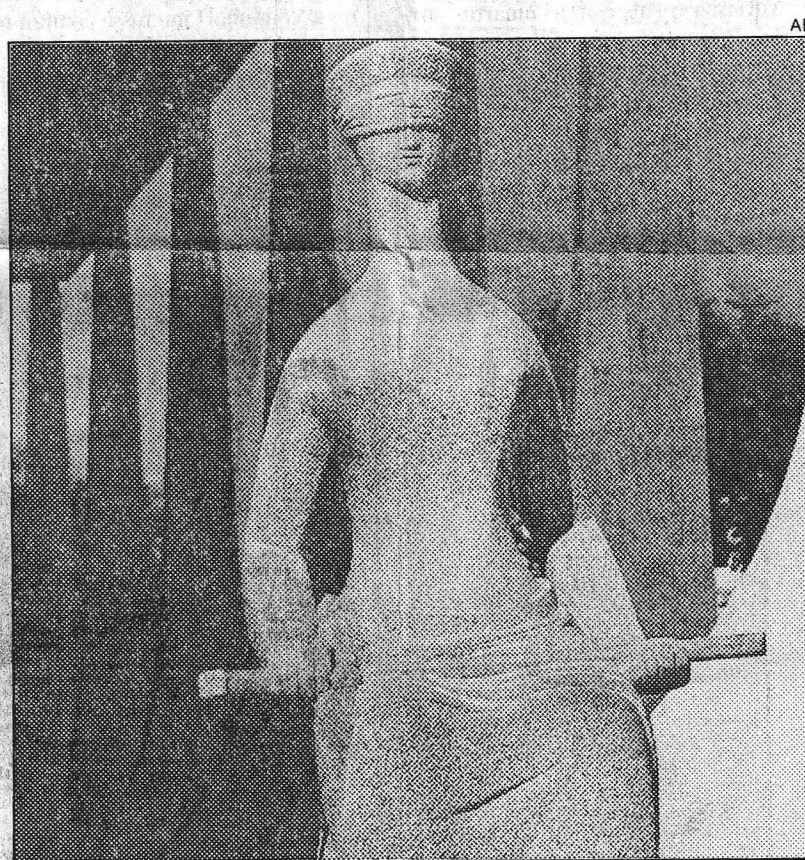
■ Um dos fatores que dificultam as iniciativas do Poder Executivo está na falta de sintonia com o Congresso.



Palácio do Planalto: sede de um poder com dificuldades para se comunicar com o outro poder



Congresso: alianças procuram um mínimo de objetivos comuns



Judiciário: à procura de uma legislação adequada à realidade